



Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. PLR ajustada em comissão paritária pode ser válida sem assinatura sindical


 O TST reconheceu a validade de termo aditivo de participação nos lucros e resultados aprovados por comissão paritária regularmente constituída, ainda que os representantes sindicais tenham se recusado a assiná-lo, por entender legítima a deliberação majoritária nesse ambiente negocial, nos termos da Lei nº 10.101/2000.


 **RELEVÂNCIA:** A decisão sinaliza que a regularidade formal da comissão e da negociação é elemento central para a validade da PLR, reduzindo risco de invalidação por ausência de assinatura sindical quando houver participação efetiva e deliberação regular. Recomenda-se documentar integralmente a constituição da comissão, atas, quórum, deliberações, critérios objetivos e calendário de pagamento, como medida de compliance negocial.

 <https://www.tst.jus.br/-/plr-negociada-por-comissao-paritaria-de-mineradora-e-valida-mesmo-sem-assinatura-de-sindicatos>


2. Ausência prolongada após ordem de retorno ao trabalho autoriza justa causa

 O TST confirmou a justa causa de empregado que não retornou ao trabalho após greve declarada ilegal, entendendo configurado o abandono de emprego diante da permanência da ausência por mais de 30 dias, mesmo após ordem judicial de retorno.


 **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça que a participação em movimento paredista não afasta a incidência de sanção disciplinar quando houver descumprimento de ordem judicial e ausência injustificada prolongada. Recomenda-se formalizar convocações de retorno, registrar comunicações, aplicar a gradação disciplinar quando cabível e preservar prova documental robusta para sustentar eventual justa causa.

 <https://www.tst.jus.br/-/empregado-que-nao-voltou-ao-trabalho-apos-greve-julgada-ilegal-tem-justa-causa-confirmada>


3. Fornecimento de EPI vencido autoriza rescisão indireta

 O TST reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho ao concluir que o fornecimento de EPI com prazo de validade expirado configurou negligência patronal e descumprimento de obrigações legais de proteção à saúde e segurança do empregado, nos termos do art. 483 da CLT.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão evidencia que falhas no controle de validade, reposição e eficácia dos EPIs podem ultrapassar a esfera administrativa e ensejar ruptura contratual por culpa do empregador. Recomenda-se implantar checklist de validade, rastreabilidade de entrega, auditorias internas e supervisão periódica dos estoques e certificações dos equipamentos.

 <https://www.tst.jus.br/-/operadora-que-recebeu-epis-vencidos-pode-rescindir-contrato-com-frigorifico>


4. Fraude à execução mantém penhora de imóvel transferido a familiar

 O TST manteve a penhora de imóvel transferido por dirigente sindical ao filho, ao reconhecer fraude à execução, e afastou nulidade por intimação tardia por entender preservado o contraditório e a ampla defesa.

✦ **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça que alienações patrimoniais realizadas em contexto de execução podem ser invalidadas quando indicarem blindagem de bens, inclusive perante terceiros vinculados ao devedor. Recomenda-se cautela em reorganizações patrimoniais na pendência de litígios, com documentação idônea, transparência e avaliação prévia de riscos, para evitar atos ineficazes e agravamento da execução.

 <https://www.tst.jus.br/-/penhora-de-imovel-de-filho-de-dirigente-sindical-e-mantida-apesar-de-intimacao-tardia>

5. Retaliação por apresentação de atestado médico amplia indenização por dano moral


 O TST majorou a indenização por dano moral ao reconhecer que a empregada sofreu medidas retaliatórias em razão da apresentação de atestados médicos, entendendo que a conduta empresarial constrangeu o exercício regular de um direito do trabalhador.


✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão alerta que políticas de gestão não podem resultar em punições indiretas, discriminação ou pressão para que o empregado deixe de apresentar


documentação médica válida. Recomenda-se revisar rotinas de recebimento de atestados, treinar gestores, estabelecer protocolo objetivo de tratamento de afastamentos e vedar qualquer prática retaliatória, com monitoramento pelo RH.

 <https://www.tst.jus.br/-/operadora-que-sofreu-retaliacao-por-apresentar-atestados-obtem-aumento-de-indenizacao>


6. Parâmetros de conselho profissional não impõem contratação obrigatória por si só


 O TST decidiu que resolução de conselho profissional sobre dimensionamento de pessoal tem caráter orientativo e não cria, por si só, obrigação jurídica de contratação, afastando pretensão de impor quadro mínimo com base exclusiva nessa norma.

 **RELEVÂNCIA:** O entendimento sinaliza que referências técnicas de conselhos profissionais, embora relevantes, não substituem previsão legal ou norma cogente apta a impor obrigação de fazer ao empregador. Recomenda-se, contudo, manter registros de escalas, avaliação de riscos ocupacionais e evidências de suficiência operacional, especialmente para prevenção de ações civis públicas fundadas em sobrecarga e segurança do trabalho.

 <https://www.tst.jus.br/-/hospital-nao-tera-de-seguir-parametros-do-conselho-de-enfermagem-sobre-numero-de-profissionais-por-estabelecimento>


7. Exposição habitual a calor acima do limite assegura adicional de insalubridade


 O TRT-15 reconheceu o direito ao adicional de insalubridade em grau médio ao concluir, com base em perícia e na NR-15, que a empregada laborava habitualmente exposta a calor acima dos limites de tolerância, sem neutralização eficaz por medidas de proteção.


 **RELEVÂNCIA:** A decisão evidencia que a ausência de controle técnico do ambiente térmico e de medidas efetivas de neutralização do agente insalubre pode gerar passivo continuado, inclusive com reflexos em outras parcelas. Recomenda-se realizar avaliações ambientais periódicas, revisar LTCAT e PGR, documentar fornecimento e eficácia dos EPIs e adotar medidas de engenharia e organização do trabalho para mitigar o risco.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/exposicao-calor-acima-do-limite-garante-adicional-de-insalubridade-merendeira>


8. Penhora parcial de salário é admitida para satisfação de crédito trabalhista


 O TRT-15 manteve a penhora de 30% dos rendimentos de devedora, observada a preservação de ao menos um salário mínimo mensal, aplicando o entendimento do TST no Tema 75, que admite a constrição parcial de verbas salariais em execução trabalhista dentro de limites proporcionais.


 **RELEVÂNCIA:** O precedente reforça a ampliação dos meios executivos na Justiça do Trabalho e indica que a alegação genérica de impenhorabilidade salarial não impede, por si só, a constrição.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/4a-camara-mantem-penhora-de-30-do-salario-de-devedora-com-garantia-de-minimo-legal>


9. Exposição vexatória de empregado em atividade promocional gera dano moral


 O TRT-15 manteve condenação por dano moral ao reconhecer que a empresa submeteu empregado a prática vexatória e alheia às funções contratuais, ao exigir a gravação de vídeos para rede social e participação em ações promocionais externas, com violação à dignidade e à integridade moral do trabalhador.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão alerta que metas comerciais e estratégias de divulgação não autorizam a imposição de condutas incompatíveis com o contrato de trabalho. Recomenda-se formalizar atribuições, vedar práticas constrangedoras em campanhas internas, treinar lideranças e manter canal efetivo de denúncia e apuração de condutas, a fim de reduzir risco de condenação trabalhista.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/5a-camara-mantem-decisao-de-1o-grau-e-condena-empresa-que-obrigou-vendedora-dancar-no>

10. STJ reconhece validade de infrações administrativas ambientais previstas em decreto regulamentar


 O Superior Tribunal de Justiça reconheceu a validade das infrações administrativas ambientais definidas em decreto regulamentar, entendendo que a Lei nº 9.605/1998 pode estabelecer tipos gerais de infração, enquanto o decreto detalha as condutas e sanções. Assim, o poder regulamentar do Executivo é considerado legítimo quando atua para especificar a aplicação da lei, sem inovar no ordenamento jurídico.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão traz impacto direto para produtores rurais, pois amplia a segurança jurídica dos órgãos fiscalizadores (IBAMA, CETESB e órgãos estaduais), visto

que valida autos de infração baseados em normas regulamentares e exige dos produtores maior atenção ao cumprimento de normas infralegais ambientais.

<https://www.conjur.com.br/2026-abr-15/stj-valida-infracoes-administrativas-ambientais-previstas-em-decreto/>


11. STJ afirma responsabilidade ambiental de empresa por supressão de praça pública, mesmo com autorização legal

 O STJ decidiu que empresa autorizada por lei municipal a executar obra no local de uma praça pública também responde pelo dano ambiental decorrente da supressão da área verde. O Tribunal reafirmou que a autorização administrativa ou legislativa não afasta a responsabilidade civil ambiental. Havendo dano, permanece o dever de reparação com base na responsabilidade objetiva ambiental.

◆ **RELEVÂNCIA:** A decisão indica que autorizações administrativas, leis municipais ou licenças ambientais não funcionam como “escudo” contra responsabilização, o que pode afetar produtores rurais que atuam com base em licenças ou autorizações públicas.

<https://www.conjur.com.br/2026-abr-10/empresa-autorizada-a-suprimir-praca-publica-responde-pelo-dano-ambiental/>


12. STF afirma que decisões da Justiça inglesa não produzem efeitos automáticos no Brasil


 O Supremo Tribunal Federal decidiu que determinações da Justiça inglesa relacionadas às ações indenizatórias pelo desastre de Mariana não podem produzir efeitos automáticos no Brasil. O Ministro Flávio Dino destacou que decisões estrangeiras somente têm validade no país após homologação pelo Superior Tribunal de Justiça. Assim, afastou-se qualquer tentativa de subordinar processos ou acordos realizados no Brasil à autorização de tribunal estrangeiro.

◆ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que litígios envolvendo atividades econômicas no território nacional devem ser resolvidos prioritariamente no sistema jurídico brasileiro, inclusive com impacto ambiental, evitando que disputas ambientais com repercussão internacional fiquem expostos a interferências diretas de tribunais estrangeiros.

<https://www.conjur.com.br/2026-abr-15/stf-afasta-interferencia-de-decisoes-da-justica-inglesa-em-aco-esobre-desastre-ambiental/>


13. TJSP reafirma aprovação do CAR como requisito para comprovação da regularização ambiental rural


 O Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à apelação de proprietários rurais em ação civil pública ambiental, mantendo a sentença que determinou a regularização de APPs, instituição e recuperação de Reserva Legal e a aprovação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Tribunal entendeu que, embora existam medidas de recuperação em andamento, a aprovação do CAR e a completa restauração ambiental são requisitos indispensáveis ao cumprimento integral da legislação ambiental.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão evidencia que a regularização ambiental exige não apenas ações materiais (cercamento, regeneração), mas também a validação administrativa perante o órgão ambiental (inscrição e aprovação do CAR).

 [1001386-09.2021.8.26.0553](#)


14. TJSP reafirma prevalência de TAC ambiental sobre autorização administrativa para manejo de vegetação

 O Tribunal de Justiça de São Paulo analisou agravo de instrumento em ação civil pública ambiental e manteve o reconhecimento de descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relativo ao manejo de vegetação em loteamento. A corte entendeu que a supressão de 20 árvores — incluindo espécie ameaçada (cedro-rosa) — violou cláusulas que priorizavam o transplante e vedavam manejo de espécies ameaçadas. Também afirmou que autorização administrativa municipal não afasta o cumprimento das obrigações assumidas em TAC homologado judicialmente.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que o TAC homologado judicialmente tem natureza de título executivo e prevalece sobre autorizações administrativas eventualmente concedidas por órgãos ambientais.

 [2177859-95.2025.8.26.0000](#)

15. STJ reforça exigência de atividade exclusivamente rural para benefício tributário no Agro


 O Superior Tribunal de Justiça manteve a cobrança de contribuições previdenciárias ao não conhecer do recurso de uma empresa que buscava enquadrar uma filial como produtora rural. Embora reconhecida a autonomia entre matriz e filial, o Tribunal entendeu que não

ficou comprovado o exercício exclusivo de atividade rural, requisito essencial para aplicação do regime favorecido de tributação sobre a receita bruta.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que empresas do agro só podem utilizar o regime mais vantajoso se exercerem atividade estritamente rural. A presença de atividades como beneficiamento, industrialização ou comercialização pode afastar esse enquadramento, aumentando a carga tributária e exigindo maior cuidado na organização das atividades rurais.

 [REsp 00000000000001146042.pdf](#)


16. Afastada alegação de impenhorabilidade de pequena propriedade rural por falta de exploração familiar

 O TRF3 manteve a penhora de imóvel rural, pois, embora fosse pequeno, não havia exploração familiar, requisito essencial para a impenhorabilidade.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que não basta o imóvel ser pequeno para garantir a impenhorabilidade. É indispensável comprovar que a propriedade se enquadra no conceito de pequena propriedade rural e que se destina à exploração em regime familiar, para a subsistência da família.

[5000458-54.2021.4.03.6117.pdf](#)


17. Fornecedor irregular pode gerar prejuízo ao produtor rural


 TJSP - Produtor rural foi autuado por comprar gado de empresa que posteriormente foi considerada inidônea. Com o cancelamento retroativo da inscrição estadual do fornecedor, as notas fiscais foram invalidadas. Como a boa-fé do produtor rural não foi comprovada, o Tribunal manteve a cobrança de ICMS e multas.

✦ **RELEVÂNCIA:** O caso demonstra que a simples existência de nota fiscal não garante segurança jurídica. O produtor pode ser responsabilizado se não conseguir comprovar adequadamente a operação, mesmo sem participação em fraude. Isso reforça a importância de verificar a regularidade dos fornecedores e manter documentação completa das transações, evitando prejuízos como multas, restrições fiscais e impactos na atividade econômica

 [2021873-17.2026.8.26.0000.pdf](#)

18. Descaracterização de parceria rural: reenquadramento como arrendamento e impactos tributários no CARF

 O CARF entendeu que um contrato chamado de parceria rural era, na verdade, arrendamento, pois o produtor não assumia riscos e recebia valor fixo. Por isso, os rendimentos foram tributados como aluguel, com aplicação de multa por tentativa de reduzir tributos.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que não importa o nome do contrato, mas a realidade. Sem divisão de riscos, não há parceria. Para o setor rural, isso aumenta o cuidado na estruturação dos contratos, pois erros podem gerar autuação e maior carga tributária.

 [12571.720175.2017-06.pdf](#)

Este boletim tem caráter informativo e não substitui a análise jurídica específica de casos concretos.